

Não um método, mas uma gramática: a economia da palavra*

Not a Method, but a Grammar: The Economy of the Word

Keith Tribe**

JEL: B12. B41.

Aqui eu noto uma discussão que foi levantada [...] sobre as pretensões da economia política ser considerada uma ciência ou não. Eu estou certo de que a linguagem que é algumas vezes utilizada pelos escritores econômicos, sugerindo que as doutrinas que eles expõem merecem o respeito de perfeição científica similar à da física, é passível de ser seriamente enganosa. Mas eu não estou disposto a inferir a partir disso que devemos deliberadamente aquiescer em tratar a Economia Política como não científica. Minha inferência é que seria melhor não ignorar o esforço em ser o mais científico possível, mas que devemos tomar cuidado para não enganar a nós mesmos em relação ao alcance de nossos alvos: por exemplo, até onde tratarmos a Economia Política positivamente, devemos evitar o erro de uma generalização de experiência limitada por uma lei universal; e desde que tratarmos isso hipoteticamente, deveríamos tomar cuidado para não usar palavras em significados diferentes sem estar ciente da diferença, nem supor que nossas noções sejam quantitativamente precisas quando elas são realmente indefinidas. (Sidgwick, 1903, p. 51-52)

Este livro tem um propósito metodológico amplo: argumentar que o uso da linguagem econômica é o objeto próprio do discurso da história econômica e que, ao entender o argumento econômico, devemos prestar atenção à “economia da palavra”. Como Sidgwick corretamente insistiu, devemos tomar cuidado com as nossas palavras. George Orwell (1961, p. 353) adicionou

* Submissão: 14/07/2023 | Aprovação: 29/09/2023 | DOI: 10.29182/hehe.v26i2.930

Originalmente publicado em *The Economy of the Word: Language, History, and Economics*. Oxford: Oxford University Press, p. 1-20, 2015. Tradução: Rafael Galvão de Almeida, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil | ORCID: 0000-0002-3582-9906 | E-mail: rga1605@gmail.com

** Faculty of History and Archaeology, University of Tartu, Estonia | ORCID: 0000-0003-0726-0756 | E-mail: tess@dircon.co.uk



Esta publicação está licenciada sob os termos de
Creative Commons Atribuição-Não Comercial
4.0 Internacional

mais tarde o princípio razoável de que à medida que a nossa linguagem “se torna feia e imprecisa porque nossos pensamentos são tolos [...] o descuido com nossa linguagem faz com que seja mais fácil para nós termos pensamentos tolos”. Desde 1883, quando a primeira edição dos *Principles* de Sidgwick foi publicada, os argumentos econômicos se tornaram cada vez mais formalizados e técnicos, mas nem sempre isso melhorou a precisão com a qual a linguagem econômica é usada. Podemos nos lembrar que Alfred Marshall, quase contemporâneo de Sidgwick, tinha se formado entre os primeiros lugares no *tripos* matemático de 1865, assim como John Maynard Keynes quarenta anos depois, em 1905.¹ Ambos, Keynes especialmente, compartilhavam da preocupação de Sidgwick de que um entusiasmo por lógica e números poderia sufocar a habilidade de fazer bons julgamentos e formar argumentos claros.

Hoje, argumentos “econômicos” prevalecem sobre argumentos políticos ou éticos, mas o sentido de “economia” que isso implica é notavelmente atenuado e empobrecido: seu significado foi destilado. Como o capítulo 2 demonstra, tal uso é um desenvolvimento recente, porque a hipótese contemporânea de que a “economia” é associada à eficiência e otimização em uma lógica de escolha apenas ganhou aceitação geral na segunda metade do século XX. A “economia” se originou com os gregos antigos, tanto semântica quanto etimologicamente; analisando o termo em seu contexto original, nós encontramos um sentido que é bem diferente desse significado contemporâneo. Em uma escala histórica, seu uso moderno pode ser tão efêmero quanto um vagalume. Quando, por exemplo, Charles Darwin ([1845] 2010, p. 14) se referiu à “economia da natureza” em seus primeiros esboços sobre a evolução das espécies, ele estava usando o termo num sentido bem próximo ao dos gregos. Tal sentido é refletido hoje no termo “ecologia”, de um sistema capaz de se organizar e se corrigir sozinho, no qual a conexão entre as partes e o todo não é imediatamente evidente, nem redutível a leis, mas onde a interferência em uma parte poderia levar a consequências imprevisíveis para o todo – ou também não. Isso é um dos sentidos do termo “economia da palavra” que exploramos aqui – como um sistema complexo e sempre em mutação. Mas ainda preservamos a parcimônia, em que o uso de uma palavra em particular, ou conjunto de palavras, pode relatar significados de forma

¹ Marshall ficou em segundo lugar geral (*second wrangler*), Keynes em décimo segundo (apesar de que a forma do *tripos* que cada um prestou era diferente, então essa não é uma comparação direta).

mais precisa do que linhas de equações. Desde, é claro, que escolhamos as nossas palavras cautelosamente.

Um foco no uso da linguagem requer instrumentos e técnicas particulares. Os recursos aos quais recorro derivam, em sua maior parte, da história das ciências, análise literária, linguística e filologia. Nenhum “método” único é advogado aqui, apenas simplesmente uma orientação de como o texto é organizado; daí vem o título desse capítulo. Mesmo que houvesse tal “método”, poderia ser apenas demonstrado com exemplos, na melhor das hipóteses; metodologia, assim como a filosofia da ciência, é sempre demasiadamente pensada como uma técnica, em vez de um meio de reflexão. Ao partir para determinar as regras de formação do argumento, deixados aos seus próprios parâmetros, ele pode acabar se tornando em um argumento autossustentado sobre regras.²

Estes ensaios têm por objetivo dar exemplos de uma abordagem particular ao entendimento da linguagem econômica. Para esclarecer o que o “econômico” significa nesse contexto, eu começo com uma consideração dos vários usos aos quais a palavra “econômico” se agarrou – e à capacidade constante de mudança das alusões e imagens econômicas. Até o período moderno, a significância da “atividade econômica”, da sustentação da vida, era tão óbvia que nem precisava ser dita. Conseqüentemente, ela atraiu pouca atenção direta dos escritos dessa época e essa indiferença aparente prevaleceu até bem depois da invenção da tipografia e do livro impresso. Só a partir do século XVI que o fluxo de escritos econômicos começa a transbordar. Panfletos e livros aparecem na Europa Ocidental sobre “assuntos econômicos” – para tópicos de agricultura, comércio, moeda e população. Tratados gerais de princípios econômicos apareceram primeiramente no último terço do século XVIII: trabalhos de diferentes autores escoceses, como Sir James Steuart e Adam Smith, e franceses como Anne Robert Jacques Turgot. Durante o século XIX, textos chamados “Princípios de Economia Política” aparecem, começando com o *Traité d'économie politique*, de Jean-Baptiste Say (1803),³

² “[...] metodologia pode apenas ser uma reflexão sobre os meios com os quais a prática *provou* a si mesma e isso é apenas uma pequena pré-condição do trabalho frutífero, assim como o conhecimento de anatomia é à habilidade de andar ‘corretamente’. De fato, assim como alguém que quer controlar sua forma de andar aplicando conhecimento anatômico arriscaria tropeçar ao pensar em cada passo que dá, um pesquisador que se preocupa com considerações metodológicas no seu trabalho pode estar sujeito ao mesmo problema. Se o trabalho metodológico quiser ser útil à prática do historiador, ele pode permitir a ele, de uma vez por todas, resistir às atrações ‘filosóficas’ – que é, obviamente, *um* dos propósitos do trabalho metodológico.” (Weber, 1982, p. 217).

³ O texto de Say estabeleceu o modelo para o século XIX; em contraste, *Principes d'économie politique*, de

terminando mais ou menos com *Principles of economics* de Marshall (1890). Após isso, trabalhos gerais de economia são explicitamente livros-textos escritos para estudantes, além de livros escritos para aqueles que já entendem os princípios de economia, agora direcionados a ramos particulares da economia – por exemplo, os trabalhos de dois estudantes de Marshall, *Economics of welfare*, de Pigou (1920), e *Teoria geral do juro, do emprego e da moeda*, de Keynes (1936). Durante a década de 1930, artigos em periódicos começaram a tomar o lugar dos livros e, no fim do século XX, economistas raramente leem livros – de fato, economistas atuais parecem ter dificuldade com essa ideia.⁴ Existem muitos problemas aqui, não somente da emergência tardia do “economista” como leitor e/ou escritor de textos econômicos (Augello; Guidi, 2012). Minha preocupação no capítulo 2 é, porém, com a mudança lenta do significado de “economia” enquanto ela vaga por novos gêneros textuais, à medida que o volume de escritos econômicos aumenta.

Ao traçar as mudanças do significado de “economia” de Aristóteles à economia neoclássica do século XX, eu recapitulo de forma mais condensada argumentos que já foram propostos no meu primeiro livro, *Land, labour and economic discourse* (Tribe, 1978). Eu argumentei que o mero uso de categorias de terra, trabalho e população não era uma condição suficiente para a existência de uma consideração sistemática da economia e da atividade econômica; elas não eram inerentemente “categorias econômicas”, cujo uso sinalizava a existência de um “pensamento econômico”. Em vez disso, a emergência de tal consideração sistemática requeria que a “economia” fosse constituída como um domínio autônomo e distinto da política ou da administração domiciliar. Isso veio com a construção de uma estrutura conceitual particular, não pela presença de termos individuais, nem pela adoção de um único “método científico”, nem por um alinhamento empírico entre “teoria” e “realidade” – porque, como eu argumentei antes, nós tratamos como a “realidade” é construído na linguagem.⁵ O capítulo 2 aborda a mesma ideia de outra dire-

Nicholas-François Canard (1801) procura dar (apenas parcialmente, apesar de sua reputação) um tratamento matemático das trocas e da formação de preços, enquanto que o *Abrégé élémentaire des principes d'économie politique*, de Germain Garnier (1796) é apresentado como uma crítica a *A riqueza das nações*.

⁴ Ver, por exemplo, o livro *O espírito animal*, de George A. Akerlof e Robert J. Shiller (2009); tomando a ideia originalmente proposta por Keynes em sua *Teoria Geral*, a forma na qual os autores traduziram Keynes sugere uma leitura superficial dos seus escritos.

⁵ Daí a minha ênfase na análise da linguagem econômica, apesar de que isso não deve ser tomado como uma negação da necessidade de conhecer o contexto material do uso da linguagem – ver, por exemplo, meu ensaio “The structure of agrarian capitalism: the English model” (Tribe, 1981, p. 35-100).

ção, traçando o longo processo pelo qual esse trabalho de construção ocorreu,⁶ concluindo que nossa concepção moderna de “economia” é, na verdade, muito mais moderna do que se pensa, datando da metade do século XX na melhor das hipóteses e foi completamente estabelecida numa data mais recente. A construção desse capítulo tem uma grande dívida com a *Begriffsgeschichte*; mas, enquanto eu escrevia *Land, labour and economic discourse*, eu não sabia nada de Brunner e Koselleck, tomando emprestado principalmente de Michel Foucault, especialmente sua *Arqueologia do conhecimento*.⁷

Há uma mudança de foco no capítulo 3, tanto conceitual quanto cronologicamente: ele considera a maneira com a qual a economia foi primeiramente fornecida de uma métrica. Quando, Pigou (1907, p. 533-534) resenhou a quinta edição dos *Princípios* de Marshall, ele direcionou sua atenção ao conceito de “dividendo nacional”, que ele descreveu como “um instrumento prático de grande poder, designado para o serviço de soluções concretas de problemas sociais”. O “dividendo nacional” era o fluxo anual de bens e serviços, o que nós chamamos hoje de Produto Nacional Bruto. Essa foi uma ideia que já tinha sido imaginada por Adam Smith, para quem a origem da “riqueza da nação” era “o trabalho anual de cada nação [que] constitui o fundo que originalmente lhe fornece todos os bens necessários e os confortos materiais que consome anualmente” (Smith, 1985, p. 35). Ao longo do século XIX, porém, isso permaneceu simplesmente como uma ideia. Como Pigou apontou, alguma noção exata do número relacionado a essa ideia seria de grande significância para enquadrar políticas sociais, já que uma pessoa precisaria saber o impacto preciso de qualquer política sobre o “dividendo nacional”. Porém, como o capítulo 3 mostra, levou mais de cinquenta anos de trabalho duro após o uso inicial de Marshall até que economistas e estatísticos britânicos pudessem finalmente desenvolver um *framework* consistente de contas nacionais, capaz de assignar um número definitivo ao conceito; e, desde a metade do século XX, pequenos exércitos de estatísticos são empregados para refinar os dados usados para criar esse número e considerando fontes alternativas.

A aparente superioridade das métricas sobre a ambiguidade das palavras encoraja uma fé cega nos números. Hoje em dia, pequenas variações na taxa

⁶ A tese de *Habilitation* [tese necessária para poder lecionar em universidades alemãs] de Siegfried Landshut traçou uma história similar. Ver Landshut ([1932] 1969, p. 131-175).

⁷ Eu fiquei interessado na *Begriffsgeschichte* graças a Pasquale Pasquino, no verão de 1979. Foi por meio dele que eu conheci Reinhart Koselleck e comecei a traduzir seus escritos para o inglês.

de mudança do PIB têm um papel importante na retórica política: partidos políticos prometem, se eleitos, “aumentar o crescimento”, economias são comparadas com base na taxa de crescimento “alcançada” e níveis de dívida são expressos como uma proporção do PIB – uma relação que foi somente possível formular após os primeiros dados oficialmente divulgados do PIB, em 1941. Durante os anos 1990, os níveis de dívida como uma porcentagem do PIB foram parte do critério de convergência para as moedas antes de adotarem o euro, mas elas se tornaram objeto de controvérsia quando se tornou claro que, em 2009, o nível de dívida do governo grego foi sistematicamente falsificado, resultando no rebaixamento da dívida grega para nível especulativo em abril de 2010. Porém, dados reconstruídos agora nos mostram que durante a década de 1930 a razão dívida/PIB para o Reino Unido e os Estados Unidos era muito maior, eclipsando a Grécia e o Japão de hoje; mas isso nunca se tornou um problema político na época porque não havia meio de assignar um número à produção nacional e para calcular níveis de endividamento. A Grande Depressão sempre foi discutida em termos de níveis de desemprego. Na década de 1940, havia um método de computar o produto nacional e um número que o representava; mas o caminho da ideia de dividendo nacional para um número de PIB não foi curto. Ao examinar esse caminho, percebemos quão errônea pode ser uma fé cega em números em vez de palavras.

A parte II tem dois ensaios relacionados a *A riqueza das nações*, considerando primeiramente um aspecto particular da construção desse texto, e da história da recepção desse trabalho no século XIX. Enquanto nós sempre lemos textos num *framework* específico – um *framework* que é apenas um elo na recepção de qualquer outro texto – nós podemos nos conscientizar do quão específico certo *framework* pode ser, e também ao reler tal trabalho com esse entendimento. É claro que existe um corpo considerável de críticos pós-modernos que nega essa premissa, sugerindo que a ideia de um “texto” é algo inerentemente instável, havendo tantas versões de um “texto” quanto leitores; mas tais especulações presumem que postular tal diferença é superior a qualquer consideração do *que* é diferente. Aqui, eu mostro como devemos abordar de forma útil a diferença entre ler *A riqueza das nações* e a apreciar a forma com a qual uma leitura particular do texto se tornou o “problema de Adam Smith”.

O capítulo 4 examina a maneira pela qual *A riqueza das nações* expõe um argumento sobre o desenvolvimento do comércio internacional. A teoria moderna do comércio tem como base a ideia de vantagem comparativa,

cuja origem normalmente é atribuída ao capítulo 7 de *Princípios* de David Ricardo. Consequentemente, é suposto que os argumentos propostos por Smith quarenta anos antes devem ser, de alguma forma, incompletos ou errôneos. Em vez de considerar diretamente esse comentário, eu apresento uma leitura do texto de Smith que examina a sequência na qual tais problemas relacionados ao comércio internacional são realmente abordados, parágrafo por parágrafo, capítulo por capítulo. Eu olho para a maneira como Smith escreve sobre comércio e não como Smith pode ou não ter antecipado a concepção ricardiana de vantagem comparativa.

Essa abordagem, que é de certa forma pouco ortodoxa, até mesmo simples, deve um bocado à Crítica Prática, primeiramente elaborada na década de 1920 por I.A. Richards (1930). Ele observou que os estudantes “liam” textos pelo contexto fornecidos pela autoria, escola de escrita ou tempo de composição. Quando essa orientação canônica lhes era ocultada, os estudantes perdiam completamente sua postura crítica e tinham dificuldade enorme em avaliar as qualidades literárias dos excertos; eles estavam compelidos a considerar como essa escrita realmente funcionava e não através de uma imposição de certa interpretação canônica. Embora tal positivismo literário tenha limites, eu o utilizo para mostrar que Smith parece realmente entender o princípio da vantagem comparativa, mas que não é central ao seu argumento; a consistência de sua “teoria do comércio” presume, ao invés disso, a importância das concepções de tempo e espaço que Ricardo subsequentemente ignorou. Assim, a descrição de Smith do fluxo de comércio internacional revelada por essa leitura ilumina mais a distribuição espacial das atividades econômicas numa economia moderna e globalizada do que teorias convencionais de vantagem comparativa, sejam elas baseadas no modelo Heckscher-Ohlin ou a Nova Teoria do Comércio.

O capítulo seguinte continua focando em *A riqueza das nações*, mas muda a ênfase para sua recepção. Inspirando-se no trabalho de Hans Robert Jauß (1970) e na ideia de recepção literária,⁸ em que a atenção muda da estrutura de um excerto para as formas variantes em que ele é lido, a história de sua recepção. Obviamente essa história sempre tem um fim rápido; o trabalho é, após um tempo, simplesmente esquecido, nunca lido ou referenciado novamente. Esse tem sido o destino da maioria dos livros e é um fenômeno ao qual a teoria de recepção presta a devida atenção: que nossa percepção do passado literário é condicionada pelas nossas preocupações atuais e não pela

⁸ Jauß também enfatiza a importância dos formalistas russos, os quais discuto no capítulo 8.

história empírica do livro impresso⁹. Mas *A riqueza das nações* tem sido impressa em várias línguas desde 1776. Podemos nos perguntar como as leituras desse texto se modificaram com o passar do tempo e o que isso pode nos sugerir sobre nossas próprias abordagens em relação ao trabalho.

No caso de Adam Smith, responder a essa questão é mais fácil porque uma controvérsia se desenvolveu entre pesquisadores alemães na segunda metade do século XIX sobre a relação entre os dois principais livros de Smith: *Teoria dos sentimentos morais* (1759) e *A riqueza das nações*. O primeiro livro propunha uma concepção da motivação humana fundada na simpatia e o segundo no egoísmo? Se sim, como alguém poderia conciliar essas abordagens conflitantes do mesmo autor? Esse era o “problema de Adam Smith” (*Das Adam Smith Problem*), hoje entendido como um não-problema. Porém, ao reconstruir esse debate, eu chamo a atenção para o fato de que, por volta da metade do século XIX, apenas estudiosos alemães tinham algum interesse real nos escritos de Adam Smith. Enquanto Adam Smith era tratado como figura canônica na Grã-Bretanha, existe pouca evidência de que a *A riqueza das nações* era tratada como um livro que exigia uma leitura cuidadosa, apesar de novas edições aparecem ano após ano. Por volta do fim do século XIX, o livro era pensado apenas como relíquia histórica. Ainda assim, enquanto hoje o “problema de Adam Smith” é normalmente pensado como uma ideia equivocada, foi a discussão entre estudiosos alemães que deu fundações a um novo entendimento da significância do trabalho de Smith; de fato, estudiosos modernos simplesmente tomam como garantido que ambos os livros são relacionados e que muito pode ser aprendido fazendo-se leituras paralelas.

Essa justaposição de um texto e sua recepção também sugere que toda discussão de um escritor, texto ou conjunto de ideias é parte de um processo de recepção e, assim, guiado por preocupações que podem ser diferentes daqueles que prevaleciam quando o texto foi escrito. Enquanto que a existência dessa *caesura* é inevitável e inegável, a resposta apropriada é primeiramente reconhecer sua existência e, então, criar maneiras de poderem ser usadas para construir um caminho de volta a um entendimento de textos passados que simplesmente não replica o que quer que as ideias correntes sejam. O primeiro ensaio sobre Adam Smith mostra como podemos contornar isso ao se referir diretamente um texto em particular e avaliar como ele é organizado. Nesse

⁹ No limite, todas as cópias de um livro, cuja existência pode ser confirmada, podem desaparecer, até mesmo de bibliotecas; ver meus comentários sobre o impacto dos bombardeios aliados nas bibliotecas universitárias alemãs em Tribe (1990).

ensaio, eu forneço ao leitor algumas referências à forma como comentários modernos tratam a descrição de Smith do comércio internacional, mas meu engajamento com o comentário é indireto; enquanto que o ensaio implica uma crítica às leituras modernas de Smith sobre o comércio, eu procuro evitar que essas leituras ditem como eu leio Smith e descrevam o que encontrei em *A riqueza das nações*. Eu acabo, é claro, indo junto com a prática seminal de tratar *A riqueza das nações* como um texto canônico; mas em um mundo no qual os textos canônicos são mais referenciados do que lidos, podemos fazer coisas piores do que releituras.¹⁰

A parte III relaciona Karl Marx e Léon Walras como escritores que se voltaram à economia política para desenvolver uma teoria econômica da sociedade industrial, uma ideia essencialmente Saint-Simoniana. O problema das trocas e da igualdade era central para ambos os escritores: a mecânica das trocas iguais numa sociedade desigual. Mas é claro, eles responderam a essa questão de formas muito diferentes e suas respostas têm tido histórias muito diferentes. Mas, na realidade, eles compartilham da mesma herança de Saint-Simon: Marx, lendo economia política pela primeira vez em Paris, em 1844, baseou-se bastante em argumentos franceses contemporâneos sobre socialismo, capitalismo¹¹ e pobreza; Léon Walras se voltou à economia política no final da década de 1850 a pedido de seu pai, Auguste, cujas próprias raízes Saint-Simonianas datam da década de 1820. Durante o fim da década de 1870, Léon percebeu que seu sistema de equilíbrio geral tinha um precursor num livro de Herman Heinrich Gossen (1854); mas do pouco que conhecemos sobre Gossen, podemos dizer que ele também compartilhava dessa linhagem intelectual. O ensaio sobre Léon Walras ilumina esse elo com o argumento socialista contemporâneo ao demonstrar como ele desenvolveu as ideias de seu pai. O longo ensaio sobre economia política de Karl Marx se foca primeiramente em uma questão ignorada: que fontes Marx usou para construir sua “crítica” da economia política e, ao identificar essas fontes, que conclusões podem ser alcançadas em relação à construção de seu trabalho central, *O capital, volume 1*?

Já é reconhecido há tempos que a economia política de Smith, Malthus, Ricardo e James Mill foi a fonte primária com a qual Marx construiu seu

¹⁰ Ver os comentários de Quentin Skinner (1998) sobre uma tradição mais antiga de leituras canônicas. Meu argumento aqui é que as leituras canônicas criticadas por Skinner tentaram pelo menos ser leituras acuradas de um texto em particular, e muito pode ser dito sobre disso.

¹¹ De fato, o termo “capitalista” já era bastante usado; “capitalismo” foi popularizado por Louis Blanc.

relato do modo de produção capitalista, concebido como uma forma histórico-específica na qual relações econômicas se tornam as forças dominantes em formações sociais. Porém, isso se tornou uma daquelas coisas que são tão conhecidas que ninguém parou para examinar o que Marx toma da economia política, o que ele rejeita, o que ele ignora e o que ele aparentemente entende errado. Os escritos de Karl Marx são discutidos há décadas, mas uma inocência chocante prevalece: a própria descrição de Marx sobre o que era seu objetivo e o que ele alcançou expõe os limites nos quais seus escritos são avaliados. Em contraste, eu examino as fontes de Marx, procurando encontrar o que Marx aproveita delas, primeiro de tudo ao identificar o ponto em que Marx começa a ler economia política e o que ele pensa sobre o que ele lê.

Eu uso os transcritos de seus cadernos de anotação de 1844 (Marx, 2022), primeiramente publicados em 1932, comparando suas anotações sobre Say, Smith, Ricardo, Mill e McCulloch com o que ele estava lendo. Tendo primeiro contato com essas anotações em 2011, eu fiquei impressionado com os *insights* sobre o desenvolvimento inicial das ideias de Marx e que, desde 1932, poucas pessoas utilizam. Meu ensaio se foca primariamente nos escritos econômicos de Marx antes de 1850, baseado em algumas conclusões sobre a estrutura da primeira edição de *O capital* (1867). Ao lidar com seus escritos mais antigos, eu me apoio exclusivamente na edição original, mas incompleta, de Ryazanov, *Marx Engels Gesamtausgabe*,¹² enfatizando que a negligência com as fontes textuais, à qual meu ensaio chama a atenção, não tem relação com sua acessibilidade, já que nesse caso elas já estavam no domínio público desde a década de 1930. Os “Manuscritos de 1844” também foram publicados em sua língua original pela primeira vez em 1932, mas aqui, novamente, eles foram lidos e discutidos em formatos que os isolam da série de anotações que Marx fez. Ao ler os “Manuscritos de 1844” como parte deste corpo de textos, nós ganhamos novas ideias sobre os métodos de trabalho de Marx; e essas ideias também iluminam a construção dos escritos posteriores de Marx, especialmente o trabalho associado à composição de *O capital*.

Tem sido sugerido de tempos em tempos que a publicação de outros materiais manuscritos revelaria aspectos desconhecidos do pensamento de Marx. Foi assim com publicação, em 1973, da primeira tradução em inglês dos cadernos de anotações de 1857-1858, a *Grundrisse der Kritik der politischen*

¹² Essa foi uma iniciativa russo-alemã, que foi terminada pelas autoridades soviéticas em 1935.

Ökonomie,¹³ Mais recentemente, os editores da nova *Gesamtausgabe* continuam a publicar obstinadamente resmas de anotações e esboços, “revelando” novos materiais que dão fundamento a argumentos arcanos, mas curiosamente limitados. Mas existe o fato de que há muito pouco o que esconder na *Grundrisse* ou nos outros trabalhos não publicados de Marx que podem não ser estabelecidos a partir de um exame de suas notas, esboços e escritos sobre economia política mais antigos já publicados na década de 1930, ou por meio de uma consideração dos escritos que Marx leu. O problema sempre foi ler e entender o que está disponível. Mais importante, colocar as leituras iniciais de Marx sobre economia política em seu contexto revela o grau em que ele se baseou na crítica contemporânea francesa da economia política inglesa. Estendendo essa análise ao primeiro volume de *O capital*, pode ser demonstrado que as ideias de Proudhon, Blanc e Sismondi moldam muito do que tem sido considerado no trabalho de Marx. Eu sugiro, conseqüentemente, que as partes iniciais do primeiro volume de *O capital*,¹⁴ que diz conter o principal resultado teórico de Marx, devem ser percebidas como evidência da luta labutar de Marx para se afastar dos argumentos da década de 1840 e seu fracasso em fazer isso. Por outro lado, a análise do processo de valor que se segue disso, sua demonstração de como o “mais-valor” é realizado numa troca livre e igual entre trabalhador e capitalista, sucede em reorganizar e atualizar uma crítica (francesa) mais antiga do desenvolvimento econômico inglês. A *Situação da classe trabalhadora inglesa*, de Engels, publicada em 1844 (Engels, 2008), era também tardia a um corpo literário estabelecido sobre a “condição da Inglaterra” que tem sido geralmente ignorada quando considerando a formação intelectual inicial de Marx. Em ambos os casos, para apreciar apropriadamente o que é novo em *O capital*, precisamos saber com quais argumentos Marx se familiarizou quando ele se mudou para Paris em 1843. Isso pode parecer um ponto elementar, mas nas resmas de comentários sobre Marx gerados no curso do século XX, primeiro por radicais e revolucionários marxistas e, depois, por acadêmicos,

¹³ Primeiramente publicados em Moscou entre 1939 e 1941, depois em Berlim Oriental, estes foram primeiro traduzidos em inglês por Martin Nicolaus, em 1973 [e em português em 2011 (Marx, 2011)]. Ver Nicolaus (1968), que argumenta que um número significativo de escritos de Marx era inacessível a leitores anglófonos. Isso me convenceu de que eu deveria aprender alemão, uma ideia que levei adiante enquanto trabalhava como *Gastarbeiter* para o exército britânico em Berlim Ocidental e para o exército americano em Fürth, durante o outono e inverno de 1971-1972. De volta a Cambridge, no outono de 1972, a primeira coisa que fiz como estudante de doutorado foi ler todos os três volumes de *O capital* e as três partes de *Theorien über den Mehrwert* – infelizmente todos eles vieram das edições problemáticas de Dietz que eu tinha comprado em Berlim.

¹⁴ Usei aqui os primeiros dois capítulos da edição original de seis capítulos, de 1867, por razões que explicarei no capítulo 6.

isso conta como uma ideia nova. Mas não é. Ao fazer essa distinção entre as “duas metades” do primeiro volume de *O capital*, eu faço nada mais de que um eco do comentário perspicaz de Philip Wicksteed na conclusão de sua resenha de 1884,¹⁵ apesar disso, minha intenção aqui é demonstrar como e por que essa distinção existe.

Marx esboçou e reescreveu *O capital* a partir do final da década de 1850 até meados da década de 1870, mais ou menos no mesmo período em que León Walras primeiramente se voltou ao estudo da economia, tendo se envolvido com jornalismo econômico e, mais tarde, publicou em duas partes seu *Éléments d'économie politique pure*, em 1874 e 1877 (Walras, 1982). Em face disso, esses são dois trabalhos bem distintos: *O capital*, baseado unicamente na teoria do valor trabalho, propondo uma análise da ascensão e declínio do modo capitalista de produção envolto em linguagem da filosofia alemã; *Éléments*, desenvolvendo uma teoria matemática da emergência de um equilíbrio econômico geral a partir de escolhas feitas por grandes números de agentes econômicos independentes, um modelo da economia do qual a escola neoclássica se apropriou a partir de meados do século XX. Uma conexão entre os dois escritores está em seu legado: enquanto que as economias socialistas do século XX evoluíram de movimentos políticos associados ao marxismo de fins do século XIX, seus mecanismos de planejamento devem mais a Walras do que a Marx. Porém, eu estou mais interessado no fato de Marx e Walras darem respostas diferentes a questões similares a respeito dos elos entre trocas iguais em relação a resultados distributivos. Ambos trabalharam em termos de uma herança Saint-Simoniana em comum.

No caso de Léon Walras, isso acontece porque a fonte de seu pensamento econômico foram os escritos de seu pai, das décadas de 1830 e 1840, efetivamente alinhando Léon Walras e Karl Marx dentro da cultura política da França antes de 1848. Marx tomou desse contexto o problema de que, enquanto que a acumulação de capital se fundamenta na exploração do trabalho, essa exploração era facilitada pelos contratos livres e iguais representados

¹⁵ “Parece-me que Marx falhou em indicar qualquer lei imanente da produção capitalista pela qual uma pessoa, que compra força de trabalho dado seu valor, extrairá de seu consumo um mais-valor. Nós simplesmente retornamos ao fato de que uma pessoa pode comprar (não produzir) tanta força de trabalho quanto ela deseja, sob o preço de subsistência mínima. Mas esse fato é o problema que devemos investigar, não a solução do problema [...] deixe-me repetir que na porção final do volume publicado de *O capital* me parece que Marx fez contribuições de extrema importância à solução do grande problema, mas eu não vejo que elas permanecem em qualquer conexão lógica com o raciocínio abstrato dos seus primeiros capítulos” (Wicksteed, 1884, p. 370). É também salutar a primeira nota de rodapé de Wicksteed: “Eu cito a segunda edição em alemão (1872), que é provavelmente a que está nas mãos dos leitores. Referências à tradução francesa são feitas em parênteses” (Wicksteed, 1884, p. 356).

pela relação de salários. O sistema de Walras começou com o material suprido por seu pai – seu primeiro livro e seu ensaio premiado de 1861 eram, efetivamente, baseados nas notas de seu pai. A forma real que seu próprio trabalho tomou vem de um desafio imposto a ele, em 1860, pelo saint-simonista Charles-Joseph Lambert, que argumentou que Walras não podia provar de que o *laissez-faire* era ótimo (Jolink, 1996, p. 53). A solução de Walras era endogeneizar a “justiça” (*fairness*) em um sistema de equilíbrio, tornando-se a uma concepção de justiça comutativa. O sistema de equilíbrio foi desenvolvido matematicamente, mas era severamente restrito em escopo, uma restrição que outros ignoraram posteriormente.

Ambos os autores, Marx e Walras, procuraram demonstrar, de formas diferentes, como a desigualdade poderia ser compatível com trocas livres e justas (*fair*), e ambos tinham suas raízes no pensamento socialista francês das décadas de 1840 e de 1850. Uma consideração de Walras que parte dessa premissa oferece uma perspectiva nova sobre as razões de sua adoção do uso matemático e formal das trocas e equilíbrio, demonstrando que esse trabalho caminhava junto com uma crítica da ênfase francesa contemporânea liberal do *laissez-faire*; porque o ímpeto por trás do equilíbrio geral walrasiano, e seu escopo estritamente limitado, foi também uma “crítica” da economia política francesa contemporânea assim como foi a “crítica” de Marx à economia política britânica. Walras empregou o formalismo matemático porque ele acreditava que isso oferecia ao seu resultado o maior grau de clareza e generalidade, mas ele fez questão de dizer que o seu conjunto de equações tornava os resultados limitados em sua aplicação: a universalidade das técnicas usadas não implicava nada sobre a universalidade dos resultados produzidos usando essas técnicas.

Este livro está dividido em três partes para que a progressão do argumento possa ser clara. Os primeiros dois ensaios são obviamente relacionados como representações léxicas e numéricas da atividade econômica, fornecendo algum sentido preliminar do que entendemos por “economia”. A parte II contrasta uma leitura cuidadosa de *A riqueza das nações* com um relato de sua recepção. O capítulo 4 ignora os contextos nos quais o livro foi lido para se focar na organização interna do texto; o capítulo 5 reverte isso, examinando as diferentes formas nas quais Smith foi lido. A parte III retorna à ideia de leitura cuidadosa, colocando de lado muito do que foi escrito sobre Marx e Walras a fim de ganhar um entendimento melhor de como seus trabalhos foram construídos a partir dos materiais que eles leram. No caso de Karl

Marx, isso significa ignorar toda a “história do marxismo” a fim de ter uma perspectiva mais clara do contexto no qual Marx trabalhou; apesar de ser um apêndice ao capítulo 6, há um relato breve que fornece alguma explicação do que o “marxismo” veio a significar no século XX.

Como já foi notado, enquanto que o método analítico desses ensaios é relativamente coerente – uma ênfase sobre o texto como objeto de análise tanto linguística quanto material, atenção à organização interna dos textos, à maneira que eles criam significado, sua interconexão com as fontes, e um sentido flexível do contexto relevante em alcançar entendimento do trabalho feito pelo texto –, essa abordagem tem diversas fontes. Na conclusão, eu apresento um relato do caminho que percorri ao desenvolver essa abordagem – não como um molde a ser replicado, mas como uma explicação da maneira em que as influências vieram a se sintetizar no meu trabalho, tanto em respeito aos objetivos e aos meios que emprego para realizar esses objetivos. É suficiente dizer que agora eu concebo meu trabalho como amplamente filológico em estilo e inspiração: procurando estender nosso entendimento do argumento econômico ao considerar a construção histórica de sua linguagem. O propósito dos ensaios seguintes é demonstrar isso na prática, deixando ao leitor decidir o que é valioso nessa abordagem.

Referências

AKERLOF, G.; SHILLER, R. *O espírito animal*. Rio de Janeiro: Campus, 2009.

AUGELLO, M. M.; GUIDI, M. E. L. (Org.). *The economic reader: textbooks, manuals and the dissemination of the economic sciences during the nineteenth and early twentieth centuries*. London: Routledge, 2012.

DARWIN, C. Journal of researches into the natural history and geology of the countries visited during the voyage of H.M.S. Beagle round the world. 1845. In: DARWIN, C.; SECORD, J. (Org.). *Evolutionary writings*. Oxford: Oxford University Press, p. 3-95, 2010.

ENGELS, F. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Rio de Janeiro: Boitempo, 2008.

GOSSSEN, H. H. *Entwicklung der gesetze des menschlichen verkehrs, und der daraus fliessenden regeln für menschliche handeln*. Brunsvique: F.Vieweg, 1854.

JAUß, H. R. *Literaturgeschichte als Provokation*. Frankfurt: Suhrkamp, 1970.

JOLINK, A. *The evolutionist economics of Léon Walras*. London: Routledge, 1996.

LANDSHUT, S. Der Begriff des Ökonomischen. 1932. In: LANDSHUT, S. (Org.). *Kritik der Soziologie und andere Schriften zur Politik*. Neuwied am Rhein: Luchterhand, 1969.

MARX, K. *Grundrisse*. Rio de Janeiro: Boitempo, 2011.

MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*. Rio de Janeiro: Vozes de Bolso, 2022.

NICOLAUS, M. The unknown Marx. *New Left Review*, n. 48, 1968. Disponível em <<https://newleftreview.org/issues/i48/articles/martin-nicolaus-the-unknown-marx>>.

ORWELL, G. Politics and the English language. In: ORWELL, G. (Org.). *Collected essays*. London: Secker and Warburg, 1961. Disponível em <<https://www.orwellfoundation.com/the-orwell-foundation/orwell/essays-and-other-works/politics-and-the-english-language/>>.

PIGOU, A. C. Review of Alfred Marshall, *Principles of Economics*, fifth edition. *Economic Journal*, v. 17, p. 532-535, 1907.

RICHARDS, I. A. *Practical criticism*. London: Keegan Paul, 1930.

SKINNER, Q. *Liberty before liberalism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

SMITH, A. *A riqueza das nações*. Investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

SIGDWICK, H. *The principles of political economy*. London: Macmillan.

TRIBE, K. *Land, labour and economic discourses*. London: Routledge and Keegan Paul, 1978.

TRIBE, K. *Genealogies of capitalism*. London: Macmillan, 1981.

TRIBE, K. Locating German economics: a bibliographical guide to the study of the history of German economics. *German History*, v. 8, p. 73-81, 1990.

WALRAS, L. *Compêndio dos elementos de economia política pura*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

WEBER, M. Kritische Studien auf dem Gebiet der kulturwissenschaftlichen Logik. 1. Zur Auseinandersetzung mit Eduard Meyer. In: WEBER, M. (Org.). *Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre*. Tübingen: J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1982. Disponível em <<http://www.zeno.org/Soziologie/M/Weber,+Max/Schriften+zur+Wissenschaftslehre/Kritische+Studien+auf+dem+Gebiet+der+kulturwissenschaftlichen+Logik>>.

WICKSTEED, P. Review of *Das Kapital*. 1884. In: HERFORD, C. H. *Philip Henry Wicksteed. His life and work*. London: J. M. Dent and Sons, 1931. Disponível em <<https://www.marxists.org/history/international/social-democracy/today/1884/10/wicksteed-capital.htm>>.